



Exmo. Senhor  
Deputado António Maló de Abreu  
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde  
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 14 de dezembro de 2023

**Assunto:** Pedido de audição urgente da ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido.

Senhor Presidente,

Na audição de ontem, a propósito de alegadas interferências políticas, em 2019, no acesso de duas bebés gémeas que sofrem de Atrofia Muscular Espinhal (AME) ao tratamento com o medicamento Zolgensma, a atual Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE (CHULN), Prof. Doutora Ana Paula Martins, afirmou ter recebido o relatório final da auditoria interna que o CHULN abriu no dia 09 de novembro - encaminhado, posteriormente, à Comissão de Saúde.

De acordo com a Presidente do Conselho de Administração do CHULN, as conclusões do relatório indicavam ter existido uma: *“(...) referência para a primeira consulta da especialidade de Neuropediatria de dois doentes que foram referenciados ao Departamento de Pediatria pela Secretaria de Estado da Saúde, segundo registo em dossier clínico, com consulta marcada via telefone, não tendo sido cumprido o disposto na Portaria nº 147/2017, artigo 8º.”*

A este propósito, recordamos também que, no dia 6 de dezembro, a TVI/CNN noticiou que o Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá, alegadamente, tido reuniões com o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales.



Assim, face a estas novas informações, ao relatório final da auditoria interna realizada pelo CHULN e à alegada existência de reuniões entre o Dr. Nuno Rebelo de Sousa e o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, a Iniciativa Liberal considera determinante e imprescindível que a Dra. Marta Temido, seja ouvida, com urgência, na Comissão de Saúde, uma vez que era quem tutelava o Ministério da Saúde à data dos factos e, nesse sentido, tem a responsabilidade política de saber o que se passava.

A bem da Democracia, não é aceitável que o Partido Socialista insista em refugiar-se em expedientes administrativos para continuar a obstaculizar esta audição. Mais ainda, porque o argumento apresentado para a rejeição do anterior requerimento da Iniciativa Liberal de que a atividade de escrutínio do Parlamento se deve cingir aos titulares, em funções, dos cargos governativos, é, no mínimo, insólito se tivermos em conta que existem diversos casos de audições realizadas em Comissões, algumas a Requerimento do próprio PS, que demonstram precisamente o contrário:

- Ex-Ministro João Matos Fernandes, na Comissão de Economia, sobre as compras da Transtejo.
- Ex-Ministro António Pires de Lima, na Comissão de Economia, sobre a TAP (a requerimento do PS).
- Ex-Ministro Pedro Nuno Santos, na Comissão de Economia, sobre a TAP.
- Ex-Secretário de Estado Sérgio Monteiro, na Comissão de Economia, sobre a TAP (a requerimento do PS).
- Ex-Ministro Álvaro Santos Pereira, na Comissão de Defesa Nacional, sobre compra de aviões.
- Ex-Ministro João Leão, na Comissão de Educação, sobre transferências para o ISCTE.

Neste sentido, e porque o relatório da auditoria interna do CHULN, ontem divulgado, é bastante explícito e demonstra uma clara interferência política na referenciação das doentes



em causa, importa esclarecer porque motivos determinadas pessoas conseguem ter acesso a consultas e tratamentos no SNS, mediante interferência direta do Governo.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição na Comissão de Saúde, **com caráter de urgência**, da ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha